

# Indígenas Warao no Brasil: migração e vivência

*Caio Ribeiro de Oliveira  
Maria Izabel Souza Melo  
Rafaella Souza Barajas Lorenzo  
Vitor Macedo Mascarenhas Diniz*

## 1 INTRODUÇÃO

A migração de povos indígenas é um fenômeno tanto histórico quanto contemporâneo, refletindo uma série de fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. Nos últimos anos, os Warao, originários do delta do rio Orinoco na Venezuela, têm se destacado nesse cenário devido à situação de vulnerabilidade extrema agravada pela crise socioeconômica em seu país de origem. A deterioração das condições de vida, marcada por hiperinflação, escassez de alimentos e falta de serviços básicos, levou muitos Warao a buscar melhores condições de vida e segurança no Brasil. Esta migração não se limita ao deslocamento físico, mas envolve também a adaptação cultural e social em um novo ambiente.

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo explorar as diversas facetas dessa migração, com um foco detalhado em quatro aspectos principais: o histórico e os destinos das migrações dos Warao; os impactos dessas migrações nas próprias comunidades Warao; as condições de vida enfrentadas por esses migrantes no Brasil; e as políticas públicas e programas de apoio implementados para atender às necessidades dessa população. A revisão bibliográfica visa compilar e analisar o conhecimento existente sobre a migração dos Warao, proporcionando uma base sólida para a compreensão dos desafios e das dinâmicas envolvidas nesse processo.

Nesse sentido, a metodologia utilizada para esta revisão bibliográfica incluiu uma pesquisa em diversas bases de dados acadêmicas e fontes de informação relevantes. Foram utilizadas bases de dados como Scielo e Google Scholar, entre outras, com o uso de palavras-chave específicas como “migração Warao”, “Warao no Brasil”, “condições de vida indígenas”, “políticas públicas indígenas” e “programas de apoio a migrantes indígenas”. Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados nos últimos dez anos, artigos revisados por pares, documentos de organizações não governamentais e relatórios governamentais que abordassem diretamente

a situação dos Warao no Brasil. Os critérios de exclusão incluíram artigos que não apresentassem dados empíricos ou que fossem irrelevantes ao foco específico deste estudo.

Inicialmente, foi traçado um panorama histórico das migrações dos Warao, destacando os principais destinos escolhidos dentro do território brasileiro e os fatores que influenciaram essas escolhas. Em seguida, foram discutidos os impactos dessa migração nas comunidades Warao, tanto em termos de estrutura social quanto de manutenção de suas tradições culturais. A análise das condições de vida das comunidades Warao no Brasil revelou os desafios enfrentados, incluindo questões de moradia, saúde, educação e integração social. Além disso, o artigo examinou as políticas públicas e os programas de apoio destinados aos Warao, avaliando sua eficácia e identificando áreas que necessitam de melhorias.

Finalmente, o presente artigo não apenas contribui para a compreensão das dinâmicas migratórias contemporâneas dos povos indígenas venezuelanos, mas também destaca a necessidade de políticas mais inclusivas e sensíveis às especificidades culturais desses grupos. Através de uma análise detalhada e abrangente, espera-se fornecer pontos de discussão que possam orientar futuras ações e políticas voltadas para a melhoria das condições de vida e integração dos Warao no Brasil.

## 2 HISTÓRICO E DESTINOS DAS MIGRAÇÕES DOS WARAO

A população Warao tem um longo histórico de migração forçada, como descrito por Tarragó (2020) e Agência da ONU para Refugiados (2021) em seus respectivos estudos. Durante a colonização na Venezuela, missões religiosas forçaram os Warao a deixar o Delta Amacuro, onde viviam, afetando sua economia de troca e coleta e impedindo sua fixação em um local específico. Desde a terceira viagem de Cristóvão Colombo, em 1498, os Warao foram gradualmente confinados ao Delta do Rio Orinoco, onde permanecem até hoje, embora de forma diferente (TARRAGÓ, 2020). A Agência da ONU para Refugiados (2021) acrescenta que os Warao ocupam uma área que se estende por todo o estado de Delta Amacuro e partes dos estados de Monagas e Sucre, na região nordeste da Venezuela, no delta do rio Orinoco.

Nas décadas de 1960 e 1980, ocorreram importantes projetos desenvolvimentistas no delta do Orinoco, que alteraram ainda mais a vida dos Warao. Na década de 1960, o governo venezuelano iniciou um projeto para aumentar a capacidade agrícola da região, represando o rio Manamo e deslocando muitos Warao para os centros urbanos (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021; TARRAGÓ, 2020; K'OKAL, 2020). Nos anos 1980, para evitar que os Warao ocupassem áreas públicas em Barrancas e Tucupita, o

governo construiu a Yakariyene, uma Casa Indígena, para servir como abrigo temporário durante suas estadias nas cidades (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021).

As autoridades estaduais e municipais acreditavam que a presença dos indígenas representava um risco para a saúde pública. Portanto, decidiram transferi-los para a ilha de La Tortuga, sem consultar os moradores, triplicando a população local (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). A ilha não tinha infraestrutura para acomodar tantas pessoas, nem espaço adequado para os indígenas. Nos anos 1990, a implantação de um empreendimento petrolífero na região forçou novamente os Warao a migrar para áreas urbanas e cidades como Maturín, Caracas, Valencia, Baquisimeto e Maracaibo (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). Atualmente, a população Warao é de aproximadamente cinquenta mil pessoas, localizadas principalmente nos estados de Delta de Amacuro, Monagas e Sucre (TARRAGÓ, 2020).

Quanto às migrações para o exterior, Tarragó (2020), Agência da ONU para Refugiados (2021), Mendes e Fernandes (2020), Tardelli (2023) e K'Okal (2020) apontam a crise econômica venezuelana como o principal motivo para a emigração, com o Brasil sendo o destino principal. Tarragó (2020) menciona projetos para apoiar a economia local, durante o governo de Hugo Chávez, que foram gradualmente reduzidos. Problemas como hiperinflação, baixa produção econômica, alto desemprego e especialmente a escassez de alimentos impulsionaram a migração para outros países (TARRAGÓ, 2020).

Os autores Tarragó (2020), Agência da ONU para Refugiados (2021), Mendes e Fernandes (2020), Tardelli (2023), K'Okal (2020) e Gómez (2020) observam que os Warao intensificaram a migração para o Brasil a partir de 2014, junto com muitos outros venezuelanos, devido à hiperinflação, desabastecimento e falta de oportunidades de trabalho, assistência social e alimentos. O desabastecimento e a busca por alimentos ou dinheiro para comprá-los são as principais motivações para a migração. Os Warao sentem a perda de benefícios sociais na Venezuela e têm preocupações com familiares que ficaram para trás. Tarragó (2020) destaca que uma das práticas usadas para conseguir alimentos e dinheiro é a arrecadação de doações em vias públicas, desenvolvida inicialmente nas cidades da Venezuela. Além disso, a moeda brasileira tornou-se supervalorizada em relação à venezuelana, tornando a migração atrativa e possibilitando o envio de recursos para quem ficou na Venezuela.

A Agência da ONU para Refugiados (2021) enfatiza que a Venezuela enfrenta uma crise econômica, política e humanitária sem precedentes. Até 5 de setembro de 2020, mais de cinco milhões de venezuelanos haviam deixado o país. No Brasil, até 14 de agosto do mesmo ano, havia 264.157 refugiados e migrantes venezuelanos, incluindo 101.636 solicitantes de

refúgio e 150.196 com autorização de residência. Cerca de cinco mil desses migrantes são indígenas, principalmente das etnias Warao, Pemón, Eñepa, Kariña e Wayúu, com os Warao representando 65% desse grupo. Desde 14 de junho de 2019, o Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE) considera a Venezuela em grave e generalizada violação de direitos humanos, permitindo o reconhecimento de refugiados devido à crise política, econômica e social (Agência da ONU para Refugiados, 2021).

Quando migram para o Brasil, os Warao chegam primeiro a Pacaraima, em Roraima, conforme descrito por Tarragó (2020), Agência da ONU para Refugiados (2021), Mendes e Fernandes (2020), Tardelli (2023), K’Okal (2020) e Gómez (2020). Algumas famílias permanecem lá, enquanto outras continuam a migração para as capitais. Segundo a ONU, o Brasil é o quinto destino mais acolhedor para refugiados venezuelanos (Tarragó, 2020). Mendes e Fernandes (2020) e Agência da ONU para Refugiados (2021) mapearam as rotas e históricos de chegada dos Warao em outras cidades brasileiras. Tardelli (2023) explica que aqueles que vêm de Delta Amacuro precisam passar por Santa Elena de Uairén, na Venezuela, cidade fronteira com Pacaraima, em Roraima, Brasil. Mendes e Fernandes (2020) complementam que a distância entre Santa Elena de Uairén e Pacaraima é de cerca de 17 quilômetros, muitas vezes percorrida a pé. Depois, esses imigrantes se deslocam ou são levados pelo Exército Brasileiro para Boa Vista, a 214 quilômetros de Pacaraima.

A rota para o Pará foi estabelecida em setembro de 2017, coincidindo com o Círio de Nazaré. Naquela época, um grupo de 28 Warao chegou a Santarém, no oeste do estado. Como nem sempre tinham dinheiro para a passagem de barco de Manaus para Belém, Santarém tornou-se um ponto intermediário, onde arrecadavam o valor necessário antes de seguir para Belém (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). Até meados de 2018, os Warao estavam presentes em cinco cidades brasileiras: Pacaraima, Boa Vista, Manaus, Santarém e Belém. Em Roraima e Amazonas, apesar de uma breve passagem por Manacapuru (Amazonas), os indígenas permaneceram nos mesmos locais. No Pará, devido à ampla malha rodoviária, passaram a se deslocar para diferentes cidades, além de Belém e Santarém, sendo registrados em pelo menos outras 20 cidades paraenses (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021).

A partir do primeiro semestre de 2019, os Warao iniciaram novos deslocamentos, partindo de Belém para o Nordeste. Passou a haver grupos em São Luís (Maranhão), Teresina (Piauí) e Fortaleza (Ceará). Depois, esse movimento se estendeu a estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Na mesma época, algumas famílias em Manaus começaram a migrar para Rondônia e Acre, no Norte. Alguns grupos familiares

também passaram por Tocantins, enquanto outros seguiram rotas terrestres de Rondônia, Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte, alcançando as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Agência da ONU para Refugiados, 2021).

Em dezembro de 2019, um grupo Warao chegou a São Paulo pela primeira vez, cidade que interessava muitas famílias desde o início da migração para o Brasil em 2016. Os indígenas relatam que viam informações sobre São Paulo em noticiários e programas de televisão, o que despertou sua curiosidade (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). Desde o primeiro semestre de 2019, a mobilidade dos Warao aumentou, com deslocamentos para novas cidades ocorrendo mais rapidamente, afastando-se cada vez mais da fronteira entre os dois países. Até agosto de 2020, registrou-se a presença de Warao em pelo menos 75 cidades de 23 estados e do Distrito Federal (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021).

Além disso, os Warao também estão na Guiana e no Suriname. Em Mabaruma, Guiana, a maioria das famílias chegou de barco, remando por horas ou dias, dependendo da distância geográfica entre a comunidade de origem e a comunidade de acolhimento (TARDELLI, 2023). Nas Guianas, os Warao provavelmente constituem um dos grupos étnicos com presença histórica mais antiga documentada, descendentes de alguns dos primeiros colonizadores do continente (GOMÉZ, 2020).

Para K'Okal (2020), fica evidente que essa migração é forçada e a fuga da terra natal é uma estratégia de resistência para sobreviver. Em sua pesquisa, K'Okal (2020) entende que as políticas desenvolvimentistas do Estado violaram direitos das comunidades Warao a ponto de terem que recorrer ao deslocamento transnacional como estratégia de sobrevivência. Até o final de 2019, alguns retornaram temporariamente para levar roupas ou alimentos aos familiares ou para realizar transações comerciais, mas a maioria saiu com o objetivo de se estabelecer permanentemente em busca de melhores serviços e oportunidades (GOMÉZ, 2020).

### 3 IMPACTOS DAS MIGRAÇÕES NAS COMUNIDADES WARAO

As migrações, especialmente em contextos de crise, como a vivida pelos Warao da Venezuela para o Brasil, resultam em significativas mudanças culturais tanto para as comunidades que migram quanto para as que os acolhem. Os migrantes trazem consigo suas tradições, costumes e formas de vida, o que pode enriquecer culturalmente as novas comunidades. No entanto, também enfrentam o desafio de se adaptarem a novos contextos sociais, econômicos e culturais, o que pode levar à perda ou transformação de suas práticas culturais tradicionais.

O atendimento aos Warao, como já sinalizado, deve observar a intersecção de direitos decorrente de se tratar de indígena solicitante da condição de refugiado, refugiado reconhecido ou migrante. Seus direitos enquanto indígenas asseguram-lhes o respeito a tradições, costumes e modos de vida diferenciados, bem como o direito de consulta prévia diante de quaisquer ações a eles direcionadas. (ACNUR, 2021, p. 41).

Ao se estabelecerem em um novo país, os povos migrantes, inevitavelmente, são expostos a diferentes sistemas de valores, normas sociais e práticas culturais. No Brasil, os Warao encontram um ambiente culturalmente diverso, mas muitas vezes precisam lidar com barreiras linguísticas, preconceito e exclusão social. Esses desafios podem forçar a comunidade a adaptar certos aspectos de sua cultura para se integrar e sobreviver no novo ambiente. Os Warao continuam a celebrar suas cerimônias tradicionais, que são fundamentais para a sua identidade cultural. Essas celebrações não apenas reforçam os laços comunitários, mas também são uma forma de resistência cultural, reafirmando sua identidade em um ambiente estrangeiro (ACNUR, 2021).

Os Warao têm se beneficiado de redes de apoio, tanto entre eles quanto de organizações não-governamentais e instituições brasileiras que trabalham para promover a inclusão social e cultural. Essas redes ajudam a criar um senso de comunidade e pertencimento, proporcionando espaços onde os Warao podem praticar e transmitir suas tradições culturais sem medo de discriminação ou repressão.

Asaída dos Warao da Venezuela pode levar à desintegração social e cultural nas suas comunidades de origem. A migração de indivíduos, especialmente os jovens, resulta na perda de força de trabalho e de conhecimentos tradicionais, enfraquecendo as estruturas sociais e culturais. As dificuldades proporcionadas pela migração podem impactar negativamente a saúde e o bem-estar dos que ficam para trás, especialmente dos idosos e crianças que dependem do suporte dos que migram. A separação das famílias pode resultar em problemas emocionais e psicológicos, agravando as dificuldades já existentes devido à crise.

Nos locais de destino, como no Brasil, a chegada dos Warao pode gerar conflitos sociais. A competição por recursos limitados, como empregos, serviços de saúde e educação, pode aumentar as tensões entre os migrantes e as comunidades locais. Além disso, os Warao podem enfrentar discriminação e preconceito, exacerbando sua vulnerabilidade social e econômica.

A integração dos Warao nas comunidades brasileiras pode ser facilitada através de programas de intercâmbio cultural e educacional que promovam a compreensão e o respeito mútuo. Eventos culturais, feiras de artesanato e projetos colaborativos podem ajudar a construir pontes entre os migrantes e a população local, promovendo uma convivência mais harmoniosa.

De acordo com o exposto pela Agência da ONU para Refugiados em 2021, no texto “Os Warao no Brasil”, essa adaptação deve ocorrer tanto na infraestrutura, com a instalação de suportes, como nos modos de gestão, que devem considerar as especificidades culturais e os direitos dos povos indígenas.

A migração dos Warao da Venezuela resulta também na perda de uma parcela da força de trabalho. Isso afeta diretamente a economia local, que depende de atividades tradicionais como a pesca, a agricultura e o artesanato. Com menos pessoas para realizar essas atividades, a produção de alimentos e produtos artesanais diminui, o que pode levar a uma crise econômica e de subsistência. A saída de indivíduos também pode reduzir a demanda por bens e serviços locais. Comerciantes e produtores podem enfrentar dificuldades para sustentar seus negócios devido à diminuição do número de consumidores. Isso pode resultar em um ciclo de declínio econômico, onde a baixa demanda leva à redução da produção e, conseqüentemente, a uma economia local mais fraca.

No Brasil, os Warao podem contribuir para o mercado de trabalho, especialmente em setores onde há escassez de mão de obra. Eles podem preencher vagas em áreas como a agricultura, construção civil e serviços, ajudando a suprir a demanda de trabalhadores e a estimular a economia local. Os Warao também podem se envolver em atividades empreendedoras, como a venda de artesanatos e produtos tradicionais. Isso não só proporciona uma fonte de renda para os migrantes, mas também enriquece a economia local com novos produtos e serviços.

Considerando que as atividades econômicas, a capacidade estatal e a oferta de empregos não são fixas, a análise do ACNUR traz evidências sobre como a presença dos venezuelanos em Roraima pode estimular os índices de atividade econômica, o aumento das arrecadações fiscais e a diversidade de arranjos econômicos da região. Importante ressaltar que este fluxo fomentou o aporte de organizações internacionais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e uma maior atenção do Governo Federal, através da Operação Acolhida, para uma região marcada historicamente pelo isolamento geográfico, político e econômico (Milesi, Andrade; Corrêa 2020, p.14).

No entanto, a chegada de um grande número de migrantes pode pressionar os recursos econômicos das comunidades de destino. Os sistemas de assistência social, saúde e educação podem enfrentar sobrecarga, exigindo mais investimentos do governo e das organizações locais para atender às necessidades dos migrantes e da população local. A chave para maximizar os benefícios econômicos e minimizar os desafios está na implementação de políticas eficazes de integração e apoio. Isso inclui facilitar o acesso ao mercado de trabalho, promover o empreendedorismo entre os migrantes e garantir que os sistemas de assistência social sejam capazes de atender às necessidades tanto dos migrantes quanto das comunidades locais.

### *3.1 Condições de vida Comunidades Warao*

Neste tópico, vamos abordar as dificuldades que os indígenas Warao enfrentam ao migrar para o Brasil. Dificuldades como, moradia, saúde e educação. A priori vamos abordar a questão das moradias para essas pessoas.

Ao migrar para o Brasil a população Warao teve que buscar abrigos em diversas cidades brasileiras. Em medida para ajudar essas pessoas, ficou decidido que a aplicação de abrigo provisório para a população Warao é assegurada e regulamentada pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (ACNUR, 2021).

Além das ações de abrigo oferecidas no âmbito do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, também se poderão utilizar serviços de acolhimento já existentes no município ou estado, bem como oferecer novos serviços a serem planejados e estruturados conforme a demanda (ACNUR, 2021, p. 40).

Mas, devido às especificidades socioculturais do grupo, os abrigos tiveram que passar por adaptações para haver uma adequação cultural para estas pessoas. Segundo a Agência da ONU para Refugiados.

Essa adaptação deve ocorrer tanto na infraestrutura desses locais, com a instalação de suportes para a sustentação das redes de descanso e a construção de cozinhas coletivas, como nos modos de gestão, que devem considerar as especificidades culturais e os direitos dos povos indígenas (ACNUR, 2021, p. 40).



Atualmente, os abrigos mais comuns agrupam em torno de 500 pessoas. Muitas cidades ao redor do país tentam implementar mais políticas públicas, como auxílio moradia ou construindo uma casa maior e dividindo os grupos de acordo com o parentesco ou afinidade. Mas, apesar dos esforços tomados por algumas organizações e autoridades, os indígenas Warao enfrentam diversas dificuldades.

Uma das principais dificuldades enfrentadas por eles é a questão cultural. Como foi dito anteriormente, os abrigos agrupam em torno de 500 pessoas e devido a alta ocupação muitas pessoas são de famílias diferentes. Como abordado no “Os Warao no Brasil” (ACNUR, 2021, p. 40) “os Warao, como já sinalizamos, possuem uma heterogeneidade interna informada pela região/comunidade do delta do Orinoco de onde provêm, fazendo com que a convivência nos espaços de acolhimento possa ser problemática”.

E devido a essas questões culturais, muitos indígenas Warao se recusam a viver na mesma residência e acabam se desligando do programa de acolhimento e vão para outras cidades. Além disso, enfrentam problemas com a infraestrutura e a superlotação dos abrigos que dificultam ainda mais a vida em nosso país.

O entrar na questão da saúde dos indígenas Warao, é comum ouvir de agentes do Estado, como assistentes sociais ou profissionais da saúde, que a população Warao “são difíceis” e não colaboram com as ações de saúde (ACNUR, 2021). A população Warao apresenta uma resistência aos tratamentos de saúde oferecidos pelo Estado devido a suas crenças. Eles acreditam nos “médicos espirituais” ou Xamãs, que são entidades que têm o poder curativo. A antropologia venezuelana apresenta três classes de Xamãs, o Wisidatu, o Joarotu e o Bahanarotu (ACNUR, 2021). Essas entidades são curandeiras e ao mesmo tempo feiticeiras, ou seja, elas podem curar mas também podem fazer adoecer.

Cada categoria de xamã possui atribuições específicas e realiza práticas mágicas diferentes, por meio da manipulação de “espírito-substâncias” também diferentes: o Wisidatu exerce seu poder sobre os hebu (ou jebu), o Joarotu sobre a joa e o Bahanarotu sobre a bajana (ACNUR, 2021, p. 51).

Devido a sua crença de que os Xmãs são os seus médicos, muitos indígenas recusam os tratamentos oferecidos pelos médicos convencionais. Eles apresentam resistência a tratamentos como a aplicação de soro intravenoso, uma vez que, acreditam que o soro pode diluir o sangue, e o mesmo é a essência da saúde.

No Brasil, a recusa aos tratamentos médicos é cada vez mais frequente. Por um lado, os médicos alegam que este comportamento é negligência dos indígenas para o seu próprio bem-estar e com o bem estar do seus filhos, mas, por outro, estas recusas ocorrem em virtude ao protocolo médico Warao, pois eles devem seguir os procedimentos médicos dentro do sistema médico Warao (ACNUR, 2021).

A atuação dos xamãs compõe o sistema médico Warao; por isso, como já sinalizamos, eles são vistos como médicos. Quando um indígena adoece, o protocolo médico Warao estabelece que o primeiro diagnóstico deve partir de um de seus xamãs; o paciente só pode ser encaminhado para o tratamento biomédico após sua liberação (ACNUR, 2021, p. 52).

Por fim, é importante falar sobre o nível de acesso à educação e os desafios enfrentados pelas crianças e jovens Warao nas escolas. Segundo a constituição brasileira, em seu artigo 5º, estabelece que não há distinção entre brasileiros e estrangeiros residentes em nosso país quando se trata de seus direitos fundamentais, ou seja, o artigo 5º assegura o direito à educação, moradia e saúde a todos.

Como foi dito anteriormente, a constituição Federal de 1988, assegura o direito à educação de qualidade para os imigrantes. Muitas famílias Warao matriculam as suas crianças nas redes públicas a fim de alfabetizar os seus filhos. Mas, ao entrar na escola muitas crianças enfrentam dificuldades de aprendizagem além de enfrentar problemas com a infraestrutura ruim, calor, espaços apertados e falta de objetos básicos como mesas. Com o intuito de ajudar essas crianças, os próprios venezuelanos começaram a dar aulas de reforço. Estas aulas vão desde a alfabetização até os estudos da língua espanhola e da língua indígena Warao (Indígenas, 2023)

As escolas brasileiras estão com dificuldades de ensinar a língua espanhola para as crianças, que é uma preocupação para estas pessoas, uma vez que eles ainda tem esperança de voltar para a Venezuela algum dia (ACNUR, 2021). Ademais, as escolas deixam de lado os adultos no ensino da língua portuguesa. Apesar da educação de qualidade ser um direito previsto pela constituição federal, ela não é oferecida para todas as pessoas que moram no país.

Em suma, além das dificuldades enfrentadas em seu país de origem, os indígenas Warao enfrentam diversas adversidades em solo brasileiro, como foi abordado neste tópico. Eles procuram o Brasil com o objetivo de ter uma vida melhor. Mas, nem sempre encontram essa realidade e continuam passando por várias dificuldades.

## 4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE APOIO

O estudo de campo feito no Maranhão por Araújo e Maciel (2020) voltado para entender as políticas públicas aplicadas e a vida da população Warao nesse estado observou quais órgãos, instituições e práticas eram implementadas para lidar com a migração e refúgio dos Warao que iam para lá.

Desde a chegada de grupos étnicos venezuelanos ao Maranhão, foi criado um grupo de trabalho, posteriormente expandido para uma Rede Estadual, para atender a essas populações em situações emergenciais. As medidas incluem abordagem, atendimento de saúde, assistência social e oferta de abrigo. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) lidera as ações, articulando-se com outras instituições. A interação entre os agentes do estado e o povo Warao é marcada por diálogos e atritos, devido a diferenças culturais e linguísticas (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

Na estrutura organizacional do Maranhão, não há um setor específico responsável pela situação de refúgio, mas a SEDIHPOP acionou setores com experiência em demandas semelhantes, como a Secretaria Adjunta dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Núcleo de Assessoria Indígena e a Secretaria Adjunta dos Direitos Humanos, além da Superintendência de Promoção e Educação em Direitos Humanos e a Coordenação das Ações para o Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

As ações incluem atendimentos de saúde, assistência social, atualização de documentos, fornecimento de abrigo e alimentação. Embora o Maranhão não possua estrutura de abrigamento comparável a Roraima, Manaus, Pará e Piauí, parcerias com a Igreja Universal dos Últimos Dias e a Rede Maranhense de Diálogo sobre Drogas (REMADD) foram estabelecidas para oferecer abrigo emergencial (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

Araújo e Maciel (2020) expõem que um dos maiores desafios na relação entre o governo do Maranhão e os Warao é a comunicação. Muitos Warao falam apenas a língua oficial Warao, com poucos falando espanhol ou português. Tradutores e mediadores, além das próprias lideranças tradicionais (aidamo), desempenham um papel crucial nas relações entre os warão, as instituições e a população autóctone. A ausência de uma política estruturada específica para o refúgio leva a ações baseadas nas demandas dos Warao, articuladas pela SEDIHPOP e SEMCAS, formando a Rede Estadual de Atendimento às Pessoas em Situação de Refúgio, que inclui diversos órgãos estaduais, municipais e grupos voluntários (Araújo; Maciel, 2020).

Essa Rede, sem reuniões programadas, atua conforme necessário, convocada pela SEDIHPOP. As ações são legitimadas pelo Estado, mas as respostas variam e são frequentemente conflituosas. A Rede realiza visitas residenciais, acompanhadas por servidores da SEDIHPOP, para entender e atender às demandas, com serviços de saúde e trabalho sendo as etapas finais de inserção concreta aos serviços (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

O governo do Maranhão trabalha na construção de uma Política Estadual de Atendimento às Pessoas em Situação de Refúgio, envolvendo várias secretarias e organizações, com a criação de um fluxograma de atendimento. No entanto, os atendimentos são realizados sem conhecimento efetivo sobre o povo Warao, resultando em pré-noções e padrões de comportamento que interferem no entendimento do público-alvo das políticas públicas (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

Araújo e Maciel (2020) entendem que a escassez de informações sobre os Warao é um problema em todas as cidades por onde migram. Experiências de outros estados são compartilhadas, mas atritos e divergências permanecem, especialmente em questões de proteção infantil. Órgãos de proteção à criança muitas vezes discordam sobre a retirada compulsória de crianças, gerando conflitos com a SEDIHPOP, que aprendeu com outras regiões que essa ação não é eficaz.

A dificuldade de entender as especificidades culturais dos Warao leva a um distanciamento entre as partes. Embora haja um esforço para garantir os direitos humanos, as relações são assimétricas e hierarquizadas. O Estado tenta reconhecer a especificidade étnica e garantir direitos, mas enfrenta desafios na comunicação e imposição das regras de atendimento e acesso às políticas públicas (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

O estudo de campo feito por Santos (2020) no Maranhão observou coisas semelhantes. Esse estudo, de forma diferente, entrevistou indígenas, pessoas locais e agentes públicos sobre a vida dos Warao e políticas aplicadas. Ele focou na fronteira entre Elena do Uaién e Pacaraima, entrada no Brasil, e a Terra Indígena São Marcos.

Santos (2020) observou que os Warao, compostos majoritariamente por mulheres e crianças, inicialmente vistos em Pacaraima, perambulavam pela cidade ou ficavam acampados ao redor da rodoviária, já que na época não havia um abrigo disponível. Meses depois, um abrigo foi instalado. Em Boa Vista/RR, ao chegarem, ocuparam um mesmo abrigo, mas devido aos conflitos constantes com os criollos, os órgãos assistenciais decidiram isolá-los.

Posteriormente, os Warao foram instalados em um abrigo administrado pelo Exército Brasileiro e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), algo que não ocorreu com os criollos. O abrigo dos Warao, localizado em uma área

elevada na periferia da cidade, era controlado por dois soldados na entrada. As instalações consistiam em quatro contêineres ocupados pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES, pelo Exército, pela Fraternidade Federação Humanitária Internacional, e uma enfermaria. O abrigo também contava com cinco tendas para várias famílias, um prédio com redes, um barracão com vários fogões a lenha, e uma nova estrutura sendo construída para abrigar mais fogões (SANTOS, 2020).

A ACNUR e outras organizações atuantes nos abrigos assumiram a tutela dos migrantes venezuelanos (indígenas e criollos), limitando sua autonomia. Aos pesquisadores não é permitido fotografar os migrantes, mesmo com consentimento, o que tem levado à evasão de muitos, tanto criollos quanto Warao. Os Warao, por questões culturais, resistem mais a essa imposição, buscando maior autonomia e recusando o controle e o isolamento (SANTOS, 2020).

Uma funcionária temporária do SETRABES, relatou dificuldades no trabalho devido à falta de recursos, como computadores, e a ausência de pessoal para a limpeza, que agora é feita pelos próprios indígenas. O último levantamento indicou uma capacidade máxima de 400 Warao no abrigo. Ônibus do consulado da Venezuela passaram por lá, mas não se sabe quantos Warao retornaram ao país de origem. No abrigo de Pacaraima, eles obtêm CPF, Carteira de Trabalho e Carteira de Vacinação, mas muitos apresentam quadro de depressão (SANTOS, 2020).

O abrigo permite que os residentes saiam durante o dia, mas fecha às 21h. Os homens geralmente saem em busca de trabalho, enquanto as mulheres e crianças permanecem. Muitos chegaram sem documentos para comprovar suas idades. A alimentação fornecida pelo Exército inclui arroz, macarrão, peixe, frango e carne, mas os Warao não têm costume de comer feijão ou tomar café (SANTOS, 2020).

Quanto à possibilidade de se fixarem na terra indígena São Marcos, o governo do estado de Roraima propôs que os Warao fossem acolhidos pelos indígenas da TI São Marcos. As lideranças locais, no entanto, responderam com indiferença e desconfiança. Conforme relatos e observações de alguns indígenas da região, essa reação pode ser explicada pelo sentimento de ameaça de ter que compartilhar seus territórios com os Warao (SANTOS, 2020).

Outro estudo relevante é o livro *Migrações Venezuelanas*, feito e organizado pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), que reuniu vários textos e artigos de diferentes pesquisadores sobre as migrações de venezuelanos para o Brasil, inclusive os indígenas Warao. Nele, entre vários assuntos, é falado

sobre as políticas públicas, recepção e vivência desses migrantes, fazendo ou não distinção entre os indígenas e não indígenas, já que, por muitas vezes, a vivência e o tratamento que recebem são muito semelhantes.

do IMDH (Instituto Migrações e Direitos Humanos), fundado em 1999 e sediado em Brasília, é uma entidade sem fins lucrativos dedicada a promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes, refugiados e apátridas. Atua na defesa de seus direitos, assistência social, jurídica e humanitária, e na integração social e laboral no Brasil, especialmente para os mais vulneráveis. O trabalho do Instituto é dividido em cinco eixos: 1) Acolhida e Apoio Sócio-assistencial; 2) Proteção e Documentação; 3) Integração Educacional e Cultural; 4) Trabalho e Geração de Renda; e 5) Incidência (MILESI; CORY, 2018).

Para fortalecer seu trabalho nacional, o IMDH articula desde 2004 a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), que reúne cerca de 60 organizações da sociedade civil em todas as regiões brasileiras. Foi através da RedeMiR, especialmente do Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH) em Boa Vista e da Paróquia Sagrado Coração de Jesus em Pacaraima, que surgiram as primeiras demandas relacionadas ao fluxo de venezuelanos em 2016, quando mais de 2 mil venezuelanos pediram refúgio à Polícia Federal. Roraima, apesar de ser um estado fronteiriço, não estava preparado para essa demanda crescente e as entidades da sociedade civil não tinham recursos suficientes. Os organismos internacionais ainda não tinham uma presença significativa na região (Milesi; Coury, 2018).

Milesi e Coury (2018) também observaram que uma iniciativa importante é o Centro de Atendimento Infantil, inaugurado em Pacaraima em maio de 2018, em parceria com a Paróquia e o CEPAL, com apoio do Instituto C&A. O Centro realiza atividades socioeducativas para cerca de 200 crianças e adolescentes, incluindo as da etnia Warao, que vivem no Abrigo para Imigrantes Indígenas Janokoida, e outras crianças sem ocupação ou atenção (Milesi; Coury, 2018).

Já Alvim (2018) teve seu foco no Amazonas, na Defensoria Pública da União, que em parceria com o Ministério Público Federal recomendou à Casa Civil da Presidência da República e outros ministérios que, em articulação com entes estaduais, municipais e organizações civis/religiosas, implementassem ações de assistência humanitária aos migrantes venezuelanos em Manaus. A recomendação também visava a implementação de medidas de abrigamento e fortalecimento da rede de apoio (ALVIM, 2018).

Em Santarém e Belém/PA, a Defensoria, em parceria com outros órgãos, recomendou aos poderes públicos municipais e estaduais, à Fundação Estadual do Índio e à FUNAI, a promoção de acesso a direitos como abrigamento, educação e saúde para os indígenas venezuelanos. Essas

recomendações levaram à criação de grupos de trabalho temáticos para a construção de políticas públicas, com a participação da comunidade Warao no processo de decisão (ALVIM, 2018).

De acordo com Alvim (2018), desde outubro de 2017, a Defensoria Pública da União (DPU), em parceria com a UNODC e financiada pela União Europeia, promove assistência jurídica aos migrantes e capacitação para agentes públicos e da sociedade civil sobre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Os projetos “Projeto Roraima” e “Projeto Manaus” envolveram várias agências da ONU e focaram nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Manaus, principais destinos dos imigrantes. Foram realizados 298 atendimentos e a capacitação de 214 agentes públicos e civis. Em Belém/PA, um novo projeto foi planejado para beneficiar os venezuelanos (ALVIM, 2018).

Chaves (2018) também fala sobre a Defensoria Pública da União e como tem atuado consistentemente na questão da imigração venezuelana no Brasil. Em dezembro de 2016, um habeas corpus preventivo foi emitido para impedir a deportação coletiva de 450 venezuelanos. Em julho de 2017, uma ação civil pública foi movida para isenção de taxas, em parceria com o MPF. Em 2018, várias missões foram realizadas para atender especialmente os indígenas Warao, culminando na atuação permanente em Pacaraima a partir de agosto (CHAVES, 2018).

Silva (2018) entende que a educação intercultural é um desafio, pois as crianças Warao frequentam escolas públicas próximas de seus abrigos, comprometendo o aprendizado do idioma materno e da cultura Warao. O projeto socioeducacional “Casa de los Niños” atende crianças e adolescentes indígenas em idade escolar no abrigo no bairro Doutor Sílvio Botelho, em Boa Vista. As aulas de português são ministradas por educadores brasileiros contratados pela UNICEF em parceria com a FRATERNIDADE, utilizando materiais didáticos em Warao e português (Silva, 2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a migração dos Warao para o Brasil, impulsionada pela crise socioeconômica na Venezuela, apresenta inúmeros desafios e complexidades. Este estudo destacou a importância de compreender não apenas o deslocamento físico, mas também os processos de adaptação cultural e social enfrentados por essa população. Como exposto anteriormente, as condições de vida dos Warao no Brasil revelam dificuldades significativas em áreas como moradia, saúde, educação e integração social, refletindo a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e culturalmente sensíveis.

As análises indicam que, embora existam esforços governamentais e de organizações não governamentais para apoiar os Warao, muitas dessas iniciativas ainda são insuficientes ou inadequadas, muitas vezes ignorando aspectos cruciais como linguagem e cultura. A adaptação cultural é um desafio contínuo, com os Warao lutando para preservar suas tradições e identidade em um ambiente muitas vezes hostil e desafiador. Ademais, a inclusão social e a integração econômica são fundamentais para melhorar as condições de vida dos Warao e para promover uma convivência harmoniosa com as comunidades locais.

Nesse sentido, para melhorar a situação dos indígenas Warao, é fundamental que as políticas de acolhimento e apoio considerem as especificidades culturais e as necessidades únicas dessa comunidade. Além disso, a colaboração entre diversos setores e a inclusão de representantes Warao nos processos de tomada de decisão podem contribuir para soluções mais eficazes e respeitadas dos direitos humanos dessa população. A educação, a saúde e a moradia são áreas prioritárias que requerem atenção urgente e investimentos direcionados.

Finalmente, este artigo, ao compilar e analisar o conhecimento existente sobre a migração dos Warao, espera não apenas aumentar a compreensão das dinâmicas envolvidas, mas também influenciar positivamente a formulação de políticas públicas que promovam a integração e o bem-estar dos Warao no Brasil. A necessidade de uma abordagem integrada e sensível às diferenças culturais é clara, e é somente através de um esforço coordenado e inclusivo que será possível proporcionar um futuro melhor para os Warao e para outras comunidades indígenas migrantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR - AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Os Warao No Brasil**: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ALVIM, Roberta Pires. Retrospectiva do Trabalho da Defensoria Pública da União na Defesa dos Direitos dos Migrantes Venezuelanos. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 87-92. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.



- ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MACIEL, Pedro Costa. As lógicas Warao e “ocidental” em confronto: a construção de políticas públicas de atenção a refugiados em contexto de interculturalidade no estado do Maranhão. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko**: o dinamismo da etnicidade Warao. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 7, p. 193-218. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- CHAVES, João Freitas de Castro. Panorama da Resposta Humanitária ao Fluxo venezuelano no Brasil na Perspectiva da Defensoria Pública da União. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 93-100. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.
- GÓMEZ, Pedro José Gregorio Rivas. ¿Inmigrantes o retornados?: la xenofobia hacia los warao en Brasil, una paradoja histórica. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko**: o dinamismo da etnicidade Warao. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 1, p. 16-50. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- INDÍGENAS que vieram da Venezuela sofrem com a fome e más condições de moradia no Pará. **Jornal da Record**. São Paulo: Rádio e Televisão Record S/A, 29 set. 2023. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UyXC8kMRzKk>. Acessado em: 20 jun. 2024.
- K’OKAL, Asa Okal. ¿Por qué hemos llegado aquí? Una mirada históricadel desplazamiento warao desde Brasil. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko**: o dinamismo da etnicidade Warao. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 3, p. 86-119. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval. Migração venezuelana e a interiorização: Respostas aos fluxos migratórios recentes e as redes sociais em Minas Gerais *In*: AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Refúgio, Migrações e Cidadania. **Caderno de Debates**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 15, out. 2020, p. 69-88. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/02/2020-Caderno-de-Debates-IMDH-ed15-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MILESI, Rosita; COURY, Paula. Acolhida, Proteção e Integração de Venezuelanos no Brasil: A Atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 72-77. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

MILESI, Rosita; ANDRADE, Paula Coury; CORRÊA, Adriana dos Santos. Apresentação. *In*: AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Refúgio, Migrações e Cidadania. **Caderno de Debates**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 15, out. 2020, p. 9-18. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/02/2020-Caderno-de-Debates-IMDH-ed15-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SANTOS, José Raimundo Torres Dos. Ocupação dos Warao no município de Pacaraima: área fronteira e Terra Indígena São Marcos. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao**. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 5, p. 140-168. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Sidney. Políticas de Abrigamento a Imigrantes Venezuelanos em Boa Vista e Manaus. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 206-216. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. OS CAMINHOS DOS WARAO: CONFIGURAÇÕES DOS DESLOCAMENTOS ENTRE VENEZUELA, BRASIL E GUIANA. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 341–370, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130934>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TARRAGÓ, Eduardo. Migrações Warao em território brasileiro. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao**. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 4, p. 120-139. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.

## RESUMO

A migração dos indígenas Warao da Venezuela para o Brasil, impulsionada pela vulnerabilidade extrema e pela crise socioeconômica em seu país de origem, é um fenômeno complexo que envolve deslocamento físico, adaptação cultural e integração social. Este artigo tem como objetivo explorar as diversas facetas dessa migração, examinando quatro aspectos principais: o contexto histórico e as rotas de migração dos Warao, o impacto nas comunidades Warao, as condições de vida dos migrantes no Brasil e as políticas públicas e programas de apoio implementados para atender às suas necessidades. A pesquisa baseia-se em uma revisão sistemática da literatura, utilizando bases de dados acadêmicas e fontes relevantes para proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios e dinâmicas envolvidos. Os resultados destacam a necessidade de políticas mais inclusivas e culturalmente sensíveis para apoiar efetivamente os migrantes Warao.

**Palavras chave:** Migração Venezuelana; Indígenas Warao; Warao no Brasil; Vivência Warao

## ABSTRACT

The migration of indigenous Warao from Venezuela to Brazil, driven by extreme vulnerability and socioeconomic crisis in their home country, is a complex phenomenon involving physical displacement, cultural adaptation and social integration. This article aims to explore the various facets of this migration by examining four main aspects: the historical context and migration routes of the Warao, the impact on Warao communities, the living conditions of migrants in Brazil and the public policies and support programs implemented to meet their needs. The research is based on a systematic literature review, using academic databases and relevant sources to provide a comprehensive understanding of the challenges and dynamics involved. The findings highlight the need for more inclusive and culturally sensitive policies to effectively support Warao migrants.

**Keywords:** Venezuelan Migration; Indigenous Warao; Warao in Brazil; Warao Experience

